



**ORDEM DO DIA  
PARA A 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 20 DE JUNHO DE 2018**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 665, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre o transporte de animais domésticos vivos e de pequeno porte nos serviços de transporte coletivo intermunicipais prestados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Pareceres nºs 1448 e 1449, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Pareceres nºs 741 e 742, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favoráveis à emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 727, de 2015, 1043, de 2017, e 311, de 2018).

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0163, de 2004, de autoria do deputado Roberto Felício. Estabelece horário de funcionamento para as Delegacias da Mulher. Pareceres nºs 44, 45 e 46, de 2006, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis. (Em anexo o Projeto de Lei nº 91, de 2017).

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 112, de 2003, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a concessão de passe livre, às pessoas portadoras de deficiência, no sistema de transporte coletivo intermunicipal, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário. Pareceres nºs 1783 e 1784, de 2003, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Pareceres nºs 95, 96 e 663, de 2018, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favoráveis à emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 351, de 2012 e 177, de 2017).

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 517, de 2011, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o "Programa de Assistência Básica em Reprodução Humana". Pareceres nºs 937, 938 e 939, de 2012, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 885, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Cria programa de ações socioeducativas e preventivas com objetivo de conscientização de homens agressores no âmbito familiar. Pareceres nº 224, 225 e 226, de 2016, respectivamente das Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1199, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre a realização de exames de detecção de mutação genética dos genes BRCA1 e BRCA2 em mulheres com histórico familiar do diagnóstico de câncer de mama ou de ovário em todo o Estado. Pareceres nºs 514, 515 e 516, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 1200, de 2015).

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1352, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Institui o Roteiro Turístico do Peão de Boiadeiro integrado pelos Municípios de Barretos, Bebedouro, Colina, Monte Azul Paulista e Viradouro. Pareceres nºs 565, 566 e 567, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Atividades Econômicas e de Finanças, favoráveis.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 67, de 2016, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Determina a distribuição gratuita de leite sem lactose, com proteína hidrolisada ou livre de aminoácidos, às crianças lactentes pela rede pública de saúde do Estado. Pareceres nºs 1696, 1697 e 1698, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 573, de 2016, de autoria da deputada Márcia Lia. Dispõe sobre o estabelecimento de cota para mulheres vítimas de violência doméstica nos Programas de Habitação de Interesse Social no Estado. Pareceres nºs 753 e 754, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 1111, de 2017).